

Doença holandesa no Brasil: uma sugestão de análise conceitual comparada

Daniel Pereira Sampaio¹
Vinícius Vieira Pereira²

A recente valorização da moeda brasileira, o Real, observada no período de 2001 a 2007, sugere a possibilidade da interpretação de que o Brasil sofreu de doença holandesa. Porém, o termo doença holandesa admite diferentes acepções na literatura nacional consultada. Dessa forma, ao analisar a possibilidade da existência da doença holandesa no Brasil se faz necessário, antes, perguntar-se sobre qual conceito pretende-se focar.

O artigo tem como objetivo fazer uma análise sobre a ocorrência de doença holandesa no Brasil no tange aos conceitos chamados de tradicional e induzido por políticas econômicas. Nesse sentido, realiza uma análise envolvendo os dois conceitos, comparando-os, e ponderando no sentido de verificar qual o caso mais geral para o país. Além disso, discute sobre as possibilidades de “neutralização” da doença holandesa e a posição do governo frente à análise proposta.

O conceito tradicional de doença holandesa está paradoxalmente ligado aos possíveis efeitos negativos advindos de rendas econômicas geradas por grandes descobertas ou abundância de recursos naturais baratos em um determinado país. A exportação desses bens geraria uma valorização da moeda nacional que, como consequência, inviabilizaria o desenvolvimento industrial e de tecnologias não relacionados com o bem gerador da doença holandesa, mesmo que esta taxa de câmbio seja compatível com o equilíbrio na Conta de Transações Correntes do Balanço de Pagamentos. Desta forma, levaria o país ao processo de desindustrialização precoce. Por outro lado, o conceito induzido por políticas econômicas aponta para a indução de um país industrializado regredir para um nível rico em recursos naturais via adoção de políticas macroeconômicas. Na América Latina, estas políticas estariam voltadas para o liberalismo econômico que ocorreram nos anos 1990 que teriam levado à desindustrialização precoce.

A análise pelo conceito tradicional, pela ótica da demanda, sugere que o Brasil aumentou o *quantum* de exportações de produtos básicos no período de 2001 a 2007, sendo o setor externo um dos dinamizadores do crescimento do PIB até 2004 (mesmo que os superávits comerciais se mantivessem crescentes até 2007). O crescimento do *quantum* de exportação de produtos básicos ocorre no mesmo sentido em que se observam taxas elevadas de crescimento do PIB mundial, indicando forte correlação positiva entre estas duas variáveis, ou seja, a doença holandesa reflete a conjuntura internacional favorável. Assim, qualquer choque internacional que afetasse as exportações de produtos básicos brasileiros, contribuiria para minimizar os efeitos da

¹ Aluno do Mestrado em Desenvolvimento Econômico da Universidade Estadual de Campinas; Bolsista CNPQ. Endereço eletrônico: danielpereirasampaio@gmail.com.

² Docente do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo; Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisa em Conjuntura. Endereço eletrônico: vinieco@terra.com.br.

doença holandesa. Pela ótica da oferta, há indícios de desindustrialização e tendência de maior concentração de inovações nos setores ligados ao de commodities, reforçando a idéia de que o Brasil é afetado pela doença holandesa.

Contudo, a observação de caráter mais geral da desindustrialização brasileira indica que está mais ligada à adoção de política econômica nos anos 1990 com o objetivo de liberalização comercial e financeira, cuja forma se mostrou avessa ao desenvolvimento produtivo. Além disso, observa-se um movimento de “especialização regressiva” no sentido da redução da diversidade e desarticulação de cadeias produtivas dos setores mais dinâmicos da economia, intensivos em capital e tecnologia. Como existe uma forte correlação entre as taxas de crescimento da indústria e do PIB, sugere-se que caso o Brasil queira elevar suas taxas de crescimento do PIB a resposta parece estar na promoção da indústria, sobretudo a mais dinâmica.

Não obstante o diagnóstico sobre o fenômeno da doença holandesa no Brasil, o governo brasileiro tem se posicionado favoravelmente à especialização do país como produtor de commodities. Especificamente trata-se da Rodada de Doha, com objetivo de liberalização do comércio internacional. Isto significa que o governo brasileiro apóia a especialização do país em produtos tipo commodities, ao que tudo indica induzidos pelas vantagens comparativas do comércio internacional e não na construção das vantagens comparativas com vistas a sua integração no plano internacional como exportador de produtos tipo industrializados intensivos em tecnologia.

Se o Brasil sofre de doença holandesa, como neutralizá-la? Sugestões pela forma indireta indicam: manutenção da taxa de juros em patamares baixos e fazer controle de capitais (ainda que em períodos transitórios). Pela forma direta chama a atenção a administração da taxa de câmbio que ocorreria por um processo de sintonia fina do Banco Central, interferindo no mercado de câmbio no sistema flutuante, com objetivo de manter a taxa de câmbio num patamar competitivo para as exportações. Esta é uma idéia da corrente novo-desenvolvimentista, que surge como uma alternativa ao aparente consenso neoliberal.

As alterações ocorridas na economia brasileira devido às políticas liberalizantes provocaram substantivas mudanças estruturais que não devem ser ignoradas, dentre elas a problemática da doença holandesa. Durante o período do Plano Real no qual o país adotou um regime de flutuação cambial, mantendo uma taxa de câmbio relativamente valorizada à exceção de alguns períodos de choques. Essa taxa de câmbio baixa contribui, além de outros, para a política de estabilidade de preços do país. Segundo a lógica predominante na política econômica brasileira, não há motivos, portanto, para temer uma valorização da moeda nacional mesmo com os possíveis efeitos sobre o PIB.

A doença holandesa, portanto, pelo seu conceito induzido por políticas econômicas, apresenta-se como um desafio para o desenvolvimento do Brasil, sobretudo no que tange a sua inserção externa tanto política quanto econômica. Neutralizá-la torna-se de fundamental importância para atingir, no mínimo, maiores taxas de crescimento do PIB e do desenvolvimento produtivo nacional sobretudo dos setores mais intensivos em tecnologia.